

Aumento nos combustíveis provoca corrida aos postos

ALTA DO PETRÓLEO

Gasolina sobe 18,77%, diesel avança 24,93% e GLP, 16,06%

Aumentos da Petrobras valem para as distribuidoras a partir de hoje. Especialista prevê impacto sobre a inflação no país

Depois de 57 dias com os preços congelados nas refinarias e em meio a pressões para não trazer a volatilidade do mercado externo para o Brasil, a Petrobras anunciou ontem aumento, com validade a partir de hoje, da gasolina, em 18,77% e do diesel, em 24,93%. Também será reajustado o gás liquefeito de petróleo (GLP), em 16,06% – o produto estava sem alteração há 152 dias.

Dessa maneira, o preço médio de venda da gasolina da estatal para as distribuidoras passa de R\$ 3,25 para R\$ 3,86 por litro. Para o diesel, subirá de R\$ 3,61 para R\$ 4,51 por litro. No caso do GLP, de R\$ 3,86 para R\$ 4,48 por quilo, equivalente a R\$ 58,21 por 13 quilos.

“Esse movimento da Petrobras vai no mesmo sentido de outros fornecedores de combustíveis no Brasil que já promoveram ajustes nos seus preços de venda”, informou a estatal em nota, referindo-se aos aumentos promovidos este ano pela Acelen, controladora da refinaria de Mataripe, na Bahia, única refinaria vendida pela Petrobras até o momento, e que estão 27% acima do preço da estatal.

A estatal informou ainda, que, apesar da disparada dos preços do petróleo e seus derivados em todo o mundo, nas últimas semanas, como decorrência da guerra entre Rússia e Ucrânia, decidiu não repassar a volatilidade do mercado de imediato, realizando um monitoramento diário dos preços de petróleo. “Após serem observados preços em patamares consistentemente elevados, tornou-se necessário que a Petrobras promova ajustes nos seus preços de venda às distribuidoras para que o mercado brasileiro continue sendo suprido, sem riscos de desabastecimento”, explicou a companhia.

Estimativas

A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Fertilizantes (Fecombustíveis) calcula que, com o aumento anunciado pela Petrobras, a gasolina nos postos de abastecimento deve subir para média de R\$ 7,02 o litro no país, contra a média atual de R\$ 6,57. Já o diesel vai avançar de média de R\$ 5,60 para R\$ 6,48 o litro.

“Eu não defino preço na Petrobras, eu não decido nada lá. Só quando tem problema cai no meu colo.”

JAIR BOLSONARO

Presidente da República, apoiador em frente ao Palácio da Alvorada antes do anúncio da Petrobras

Os aumentos elevam também as pressões inflacionárias no país, não apenas pelo impacto da alta dos combustíveis, mas pela irradiação desses reajustes na economia de forma geral, disse o coordenador dos Índices de Preços do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Braz. A estimativa dele para a inflação oficial do ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), após os aumentos, sobe de 6,2% para 7,5%, levando em conta apenas o impacto dos combustíveis.

De acordo com a Associação Brasileira dos Importadores de Petróleo (Abicom), a defasagem entre os preços cobrados pela Petrobras em suas refinarias e o mercado internacional diminuirá. No caso da gasolina, cai de 20% para 8%, e no do diesel, de 24% para 9%.

Pouco antes de a Petrobras anunciar os aumentos, o presidente da República, Jair Bolsonaro, alertou a apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada sobre a iminência de “problema de combustível” no país e disse não definir a política de preços da estatal.

– Não tô dizendo se vai ou não vai, eu acho que vai aumentar. No mundo todo aumentou. Não defino preço na Petrobras, não decido nada lá. Só quando tem problema cai no meu colo – afirmou.

– Lula e Dilma interferiram nos preços da Petrobras, entre outras coisas, endividaram a empresa em R\$ 900 bilhões. Agora, a tendência é melhorar lá fora. Mas vai ter problema de combustível no Brasil, não vai demorar – acrescentou.

O governo segue estudando uma fórmula de estancar o repasse de preços do mercado internacional às bombas de combustível. A possibilidade de criar um subsídio temporário bancado com dividendos da Petrobras está sobre a mesa.



Procura em diversos estabelecimentos da Capital se intensificou ao longo do dia

Nos postos em Porto Alegre, filas e reajuste

Diante da magnitude do aumento da Petrobras, muitos motoristas em Porto Alegre buscaram abastecer o tanque de seus veículos ontem, o que provocou filas em diversos postos.

Na Zona Norte, havia até o meio da tarde locais com o litro comum custando R\$ 5,99, como o posto localizado dentro do Carrefour da Plínio Brasil Milano. A fila para abastecer se concentrava dentro do estacionamento do hipermercado. Já em um estabelecimento na Avenida Praia de Belas, havia

de 15 a 20 carros aguardando a vez.

GZH localizou também estabelecimentos na Avenida Cavaleda, zona sul de Porto Alegre, oferecendo gasolina a quase R\$ 7. Em um deles, a comum era oferecida a R\$ 6,99. Questionados sobre o aumento, funcionários informaram que ocorreu ontem. Sobre o motivo da antecipação, somente o gerente poderia falar, e ele não estava no local. Outros postos no lado oposto da mesma avenida vendiam o combustível a R\$ 6,96.

O Procon de Porto Alegre informa que só age a partir da denúncia dos consumidores e que não havia recebido nenhuma reclamação a respeito da alta indevida dos combustíveis. Além disso, o órgão diz que, mesmo que os estabelecimentos tenham aumentado os valores ontem, não significa que seja ilegal. Conforme o Procon, como os valores dos combustíveis não são tabelados, os postos podem ter margem para elevar o preço, mas que os casos são avaliados individualmente.

Expectativa de repasse imediato nos fretes

RAFAEL VIGNA

rafael.vigna@zerohora.com.br

O tamanho do reajuste praticado pela Petrobras soou como uma bomba aos ouvidos das principais entidades gaúchas ligadas aos transportes de cargas. A primeira reação é a de tentar garantir o repasse imediato dos novos custos para o valor dos fretes, a fim de evitar o que, por eles, é apontado como possível “colapso do setor” a partir da próxima semana.

– Se não houver entendimento dos embarcadores que esse reajuste de tarifas de frete precisa ser feito de maneira imediata, os transportadores não terão como financiar o aumento do diesel neste momento – disse Diego Tomasi,

vice-presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Carga e Logística no RS (Setcegs).

A justificativa é que, diferentemente de outras ocasiões, em que foram verificados vários aumentos de menor proporção, agora, diz ele, o volume assusta. Isso acontece, explica, porque, ao contrário de agora, em elevações escalonadas, há certa margem para que os custos sejam absorvidos.

Na mesma linha, Afrânio Kieling, presidente da Federação das Empresas de Logística e Transporte de Cargas no RS (Fetransul), participou de reunião coordenada pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística, em Brasília, com as 12 federações do país, em busca de soluções.

Outra vez, repasse foi a palavra de ordem. Segundo o dirigente, que representa 20 mil transportadoras gaúchas, com frota estimada em 280 mil caminhões, o impacto é “estorrecedor”.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte e também da Federação dos Caminhoneiros Autônomos do RS (Fecam-RS), André Costa, afirmou que cobrará da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a atualização do piso mínimo do frete rodoviário. Pela legislação, há dois tipos de atualização: a sazonal, em janeiro e julho, e outra que prevê o repasse imediato toda vez que a remarcação de preços do diesel ultrapasse os 10%.

Avança pacote para atenuar altas

O Senado aprovou ontem, por 68 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção, o projeto que altera o modelo de cobrança do ICMS (imposto estadual sobre os combustíveis) e que isenta a aplicação do PIS e a da Cofins (tributos federais) sobre o diesel e o gás de cozinha até o fim do ano. A proposta foi desidratada em relação ao texto aprovado inicialmente pela Câmara e foi defendida pela equipe econômica do governo federal.

Além disso, os senadores aprovaram também proposta que cria uma conta de estabilização dos preços dos combustíveis no país, incluindo um auxílio para motoristas de baixa renda e a ampliação do vale-gás pago a famílias carentes. Os dois textos ainda terão de passar pelo crivo dos deputados.

A proposta sobre o ICMS enfrenta resistência de governos estaduais, que não querem abrir mão de arrecadação em ano eleitoral. O projeto entrou em impasse.

Governadores não querem turbinar o discurso do presidente Jair Bolsonaro de que o vilão da alta é o imposto cobrado pelos Estados.

O parecer aprovado força os Estados a cobrarem o ICMS sobre o litro de combustível, e não mais sobre o preço final do produto. Além disso, institui modelo de cobrança monofásica, em só uma fase de comercialização, e de alíquota única entre os Estados.

As mudanças, no entanto, dependerão de aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), do qual os secretários estaduais fazem parte e onde as deliberações só são aprovadas por unanimidade. Na prática, o novo modelo dependerá de decisão dos próprios governadores.

Como regra de transição, a proposta congela a cobrança de ICMS sobre o diesel, até o fim deste ano, conforme a média de preços dos últimos cinco anos. É uma forma de amenizar o impacto ao consumidor

final, principalmente os caminhoneiros. A medida vai provocar queda de arrecadação de R\$ 18 bilhões e não precisará de compensação fiscal, de acordo com o texto, dispensando regra da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Auxílio-gasolina

No caso da conta de estabilização, o fundo visa funcionar como mecanismo de amortecimento contra flutuações do preço do petróleo no mercado internacional.

A lógica será economizar na baixa, retardando a queda dos preços, para posteriormente conter a alta dos preços, segurando variações de curto prazo. Assim, a fonte prioritária dessa conta sairá da própria margem de variação dos preços.

O texto também estipula que os preços dos combustíveis derivados de petróleo praticados no país tenham como referência as cotações médias do mercado internacional, os custos internos de produção e os custos de importação.

De última hora, o relator do projeto, Jean Paul Prates (PT-RN), incluiu dispositivo que força a Petrobras a usar os lucros arrecadados em 2022 na amenização dos preços administrados pela própria estatal. Dessa forma, os senadores cobram que a petrolífera também ofereça "parcela de contribuição" na crise. O trecho, contudo, não faz referência a anos futuros.

No projeto, foi aprovada a criação de auxílio-gasolina de R\$ 300 ao mês a motoristas de baixa renda. O custo é de R\$ 3 bilhões e beneficiaria condutores autônomos, taxistas e motociclistas de aplicativo com renda familiar mensal de até três salários mínimos. O benefício, porém, esbarra na lei eleitoral, que proíbe a criação de novos subsídios em ano de eleições.

Aliados do governo defenderam o auxílio e afirmaram que a proposta veio do governo e é de interesse direto do chefe do Planalto, em busca de reeleição. O Executivo, no entanto, ainda analisa a legalidade do pagamento. Se o subsídio

não puder ser criado neste ano, só poderia ser pago em 2023 pelo governo eleito em outubro. Em último caso, o dispositivo poderá ser vetado pelo Planalto.

Já o vale-gás pago a pessoas carentes foi estendido a 11 milhões de famílias, o dobro do público atual. O impacto é de R\$ 1,9 bilhão, também submetido ao teto de gastos. Os senadores se mobilizam para aprovar uma proposta de emenda à Constituição para tirar as amarras fiscais desses benefícios, mas a medida ainda não andou.

A equipe econômica do governo é contra o fundo de estabilização, mas conseguiu emplacar alterações que condicionam a medida ao espaço fiscal e orçamentário. Na prática, o aporte de recursos ficará submetido ao teto de gastos públicos e à disponibilidade efetiva de recursos no caixa federal. O projeto também enfrenta resistências na Câmara. Por isso, o Senado incluiu o auxílio-gasolina e a ampliação do vale-gás, medidas com forte apelo político, no mesmo texto.



Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Alta do Petróleo **Página:** 12 e 13